



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA

RESOLUÇÃO Nº: 17 / 2009  
SESSÃO DE: 03.11.2008  
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/003674/2004  
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200409707  
AUTUANTE : FCO ASSIS ALVES DA CRUZ . M T. 00532010.  
RECORRENTE CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA  
RECORRIDO : JANE EYRE ROCHA DE OLIVEIRA SILVA  
RELATORA: FRANCISCA MARTA DE SOUSA.

**EMENTA.** Infração detectada através do Método Levantamento de Estoque De Mercadorias. Após a realização do trabalho revisor da perícia restou provado que a autuada no período fiscalizado vendeu mercadorias diversas sem as notas fiscais correspondentes. Autuação Parcialmente Procedente, tendo em vista a redução da Base de Cálculo do imposto, nos moldes do laudo pericial. **Dispositivos infringidos:** art. 127, 169, 174 e 177 do Decreto nº 24.569/97. **Penalidade:** aplicada ao caso a sanção disposta no artigo 123, III "b" da lei nº 12.670/96, alterada pela lei nº 13.418/03. Recurso Oficial Conhecido e não Provido. Decisão por Unanimidade de votos pela confirmação da decisão "a quo", nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

A peça inicial do presente Processo Administrativo Tributário traz em seu relato a acusação fiscal a seguir descrita:

*"Falta de emissão de documento fiscal em operação ou prestação acobertada por Nota Fiscal modelo 1 ou 1 A e/ou Série "D" e Cupom Fiscal. A empresa deixou de emitir documentação fiscal por ocasião de vendas no valor de R\$ 139.409,29, no período de 01.01.2001 a 15.03.2004, conforme se discrimina no relatório totalizador anexo."*

**Crédito Tributário:**

**ICMS:** R\$ 23.699,57 e **MULTA :** R\$ 41.822,78.

O agente autuante indicou como dispositivos infringidos os artigos 127, 169, 174 e 177 do Decreto nº 24.569/97 e sugeriu como penalidade o artigo 123, III, "b", da lei nº 12.670/96, alterada pela nº 13.418/03.

Inicialmente os autos foram devidamente instruídos com a inicial e os documentos enumerados no campo "documentos anexos" das informações complementares - fls.3 deste caderno processual.

No relatório complementar ao auto de infração o agente fiscal ratifica o feito fiscal e tece pequenas considerações atinentes a realização da ação fiscal.

A autuada tempestivamente ingressa nos autos - fls. 22/27 arrazoando a inexistência da infração apontada na inicial, momento em que enumera pormenorizadamente vários erros, equívocos e omissões no trabalho elaborado pela fiscalização.

Ante os erros apontados requer a total improcedência do feito fiscal.

O processo foi encaminhado a Célula de Julgamento de 1ª Instância - CEJUL para ser submetido a Julgamento.

A Julgadora Singular visando averiguar a veracidade dos argumentos levantados pela empresa em sua peça impugnatória resolveu converter o curso do processo em realização de Perícia, nos termos do despacho exarado às fls.266/267 dos autos.

A Célula de Perícias e Diligências Fiscais oferta o laudo pericial colhido às fls. 268/69 dos autos, indicando para o caso uma nova base de cálculo para a infração de que ora se cuida.

Devidamente intimada do resultado da perícia, a empresa atravessa os autos, fls.433/435 apresentando sua impugnação ao trabalho pericial.

Em sua manifestação sobre o "laudo pericial", a empresa elogia o trabalho da perícia e reitera que não adquiriu ou vendeu

mercadorias sem as correspondentes notas fiscais. Ressalta ainda que a própria redução de base de cálculo a que chegou a perícia, a seu entender já enseja uma tendência para invalidar o auto de infração.

Por derradeiro aduz que a diferença restante apresentada pela perícia deve-se a outros fatores, tais como: mercadorias vendidas e devolvidas por falta de pagamento, vendas de produtos do mostruário da loja e outras mercadorias que por ocasião do encerramento da empresa encontravam-se sem condições de serem negociadas.

Ainda a empresa solicita a incorporação do item 08- Multiuso 120x 105 ao item Multiuso Plus, já que se trata de um mesmo produto.

Em retorno dos autos a CEJUL, a Julgadora Singular analisando as peças processuais, com base no trabalho revisor da Perícia entendeu Parcialmente Procedente a infração denunciada, nos termos do estatuído nos artigos 127, 169, 174 e 177 do Decreto nº 24.569/97, aplicando à penalidade do artigo 123, III, "b" da Lei nº 12.670/96, alterada pela lei 13.418/2003.

Devidamente intimada da decisão "a quo", a empresa permaneceu inerte e não apresentou Recurso Voluntário.

Nos termos da legislação processual vigente, a ilustre Julgadora recorreu de Ofício para o Egrégio Conselho de Recursos Tributários.

A Consultoria Tributária emitiu o Parecer de nº 304/2008 opinando pelo Conhecimento do Recurso Oficial, negando-lhe provimento, no sentido de manter a decisão de Parcial Procedência proferido em 1ª Instância, o qual foi aprovado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

Devidamente recepcionado o recurso, os autos subiram para esta Egrégia 2ª Câmara, sendo-me distribuído mediante sorteio, conforme certidão lavrada no verso das fls. 450 deste processo.

Em síntese eis o Relatório.

**VOTO DA RELATORA**

A questão que ora se me apresenta, conforme dantes relatado, denuncia que a empresa recorrida vendeu mercadorias diversas sujeitas ao regime de tributação normal sem as devidas notas fiscais correspondentes, perfazendo um total de R\$ 139.409,29 (Cento e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Nove Reais e Vinte e Nove Centavos), referente ao período de 01.01.2001 a 15.03.2004.

Inicialmente convém ressaltar, que a matéria "sub examine" subiu a esta Egrégia 2ª Câmara, apenas por força do reexame necessário, conforme dispõe o artigo. 18, Parágrafo Único da lei nº 12.732/97.

Para melhor deslinde da lide, eis na íntegra o relato embutido na peça inaugural:

*"Falta de emissão de documento fiscal em operação ou prestação acobertada por Nota Fiscal modelo 1 ou 1 A e/ou Série "D" e Cupom Fiscal. A empresa deixou de emitir documentação fiscal por ocasião de vendas no valor de R\$ 139.409,29, no período de 01.01.2001 a 15.03.2004, conforme se discrimina no relatório totalizador anexo".*

Reproduzo também a Ementa que demonstra em síntese a fundamentação da decisão "a quo", senão vejamos, "Ipsis Literis":

*"EMENTA: OMISSÃO DE SAÍDA. O contribuinte deixou de emitir notas fiscais relativas as operações sujeitas a tributação normal, no período de 01.01.2001 a 15.03.2004, respaldada no Sistema de Levantamento de Estoque de mercadorias (SLE). Julgado PARCIAL PROCEDENTE, em face da redução do crédito tributário demonstrado através de levantamento pericial. Decisão baseada nos incisos I do art. 127, inciso I, do art. 169, inciso I, do art. 174 e 177 do decreto 24.569/97. Aplicação da penalidade mais benéfica. Penalidade prevista no art. 123, inciso III, alínea "b", da lei 12.670/96, alterado pela lei 13.418/2003. Defesa tempestiva. Existência de recurso de ofício."*

Pois bem, ao examinar as peças que consubstanciam os autos verifico inicialmente que a infração denunciada - Omissão de Saídas, ampara-se no método de fiscalização denominado "S.L.E - Sistema de Levantamento de Estoque de Mercadorias".

Citado método, devidamente aplicado, permite identificar com precisão as unidades, quantidades e preços daquelas mercadorias que foram adquiridas ou vendidas sem as correspondentes notas fiscais.

No caso "in concreto", após a elaboração do Relatório Totalizador do Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias - fls. 18 dos autos, o agente autuante detectou que a empresa havia vendido no período de 01.01.2001 a 15.03.2004, mercadorias diversas sujeitas a sistemática de tributação normal sem as devidas notas fiscais.

Neste contexto menciono que o método utilizado pela fiscalização encontra amparo legal no artigo 92 da Lei nº 12.670/96, "Ipsis Litteris ":

*Art.92 "O movimento real tributável, realizado pelo estabelecimento em determinado período, poderá ser apurado através de levantamento fiscal e contábil em que serão considerados o valor de entradas e saída de mercadorias, o dos estoques inicial e final, as despesas, outros gastos, outras receitas e lucro do estabelecimento, inclusive levantamento unitário com identificação das mercadorias e outros elementos informativos".*

Neste panorama entendo que para a descoberta do ilícito denunciado, o fiscal curvou-se ao levantamento físico de estoque de mercadorias, método legalmente aceito por nossa legislação tributária, não carecendo, portanto da verificação de quaisquer outros levantamentos/métodos, quer de natureza econômica, quer de natureza financeira para demonstrar a ocorrência ou não do ilícito ora em análise.

Assim, "in casu", indubitavelmente a fiscalização curvou-se a este método de fiscalização, o qual tem como ponto de partida o inventário inicial, abrangendo entradas e saídas de mercadorias da empresa no período fiscalizado e prologando-se até ao inventário final deste período.

Reitero, que a utilização do citado método, desde que devidamente aplicado, é um instrumento eficaz na verificação da regularidade das operações efetuadas pelos contribuintes -



controle das mercadorias, não tendo de per si o condão de ocasionar qualquer prejuízo ao recorrido.

O importante é que a análise dos itens fiscalizados guarde perfeita sintonia com os dados informados nos documentos fiscais da empresa e com o levantamento físico realizado pelo fiscal.

A empresa autuada ao manifestar seu inconformismo contra a presente autuação fiscal indicou a existência de erros, omissões e falhas no levantamento realizado pela fiscalização, motivo pelo qual em busca da verdade material que norteia o Processo Administrativo Tributário, o Julgador Singular resolveu converter o curso do julgamento em realização de perícia, nos termos do despacho lavrado às fls.266/267 dos autos.

A medida pericial em questão pugnava especificamente pela seguinte providência, "In Verbis":

*"Encaminhe-se o presente processo a Célula de Perícias e Diligências -CEPED, objetivando averiguar a veracidade dos argumentos alegados pela autuada, solicitando-se o que se segue:*

- 1. Verificar se os itens conjunto box, cama, suave conforto , travesseiro e protetores de colchão constantes nos cupons fiscais emitidos durante o período fiscalizado foram digitados corretamente no Relatório de Saídas;*

2. *Averiguar a possibilidade da junção dos itens Multiuso e Colchão. Em caso positivo, efetuar o levantamento de estoque após realizada a citada junção;*
3. *Refazer o Relatório Totalizador do Levantamento de Mercadorias, após a verificação das alegações apresentadas pela autuante, informando-se a importância relativa a omissão de saídas, objeto da presente autuação;*
4. *Prestar quaisquer informações complementares que se fizerem necessárias para esclarecimento dos fatos."*

A Célula de Perícia e Diligências Fiscais, após proceder as devidas inclusões, correções e incorporações no trabalho realizado pela fiscalização oferta o Laudo Pericial acostado às fls.268/69 dos autos apontando para o caso uma nova Base de Cálculo para Omissão de Saídas, num montante de R\$ 23.585,13 (Vinte e Três Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Treze Centavos).

Eis para melhor visualização o resultado do Laudo Pericial, "In Verbis":

*"Quesito 1. Informamos que no relatório de saídas elaborado pelo fiscal, não constavam as saídas de mercadorias registradas através de cupons fiscais. Procedemos a digitação de todas as saídas referentes ao período fiscalizado, realizadas através de cupons fiscais, nota fiscal de venda a consumidor NFVC-D e notas fiscais NF-1.*

*Quesito 2. Informamos que todas as notas de entradas apresentadas pelo contribuinte foram conferidas e digitadas no sistema SLE. Todas as correções possíveis foram processadas.*

*Quesito 3. Não consideramos conveniente incorporar os itens multiuso e colchão, uma vez que eram apresentadas distintamente, tanto nas notas de entradas, como nas de saídas, contudo foram feitas correções nos relatórios de entradas e saídas conforme as notas fiscais e cupons apresentados.*

*Quesito 4. Após as correções foi gerado Relatório Totalizador Anual de Mercadorias, no qual a importância relativa a omissão de saídas totalizou R\$ 23.585,13 (Vinte e Três Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Treze Centavos)".*

Sinalizo neste momento, que devidamente intimada do resultado pericial, a empresa teceu elogios ao mesmo e ratificou a não realização da conduta infracional denunciada neste Auto de Infração, alegando ainda que a substancial redução demonstrada pela perícia já atesta por si só a improcedência do feito fiscal, todavia não sendo este o entendimento roga pela realização de uma junção junto aos produtos item 8- MULTIUSO 120X 105 e item 11- MULTIUSO PLUS.

No tocante ao pedido de incorporação dos itens acima citados, a meu sentir, não se deve incorporar referidos itens, pois os mesmos encontram-se registrados no levantamento fiscal em

sintonia com o que espelha os documentos fiscais de entradas/saídas da empresa.

Recordo ainda a recorrida, que a saída de mercadorias a qualquer título da empresa deve ser acompanhada da devida documentação fiscal, razão pela qual não encontra agasalho o argumento da mesma de que o valor residual demonstrado no laudo pericial reporta-se "a vendas" oriundas de mercadorias devolvidas por falta de pagamento, ou mesmo de vendas de mostruário ou de estoque da empresa por ocasião do encerramento de sua atividade comercial.

Por pertinente a temática ora em apreciação e apenas para ilustrar este voto trago a baila os seguintes ensinamentos sobre a prova pericial, nas lições de José Arias Velasco e Susana S. Albatat, "Ipsis literis" :

*"A prova pericial é a declaração ou afirmação de pessoas especializadas ou técnicas acerca daquelas questões de fato que hão de ser base de solução de um litígio e requeiram, para sua apreciação, conhecimentos especializados". ( Colação extraída da obra Processo Administrativo Tributário, Lúcia Maria Lopes Ribas, 3ª. Edição, Ed.Malheiros, 2008, pg. 212 )*

À luz destas circunstâncias, pessoalmente enxergo na realização da perícia em tablado, a mais ampla busca da verdade material, de modo que foi permitido a empresa o exercício pleno do seu direito de defesa, com esteio nos princípios norteadores do

Processo Administrativo Tributário, quais sejam: o contraditório e a ampla defesa.

A meu ver, o lançamento tributário ora debatido encontra-se devidamente materializado por todos os dados constantes no Relatório Totalizador da Perícia, em perfeita consonância com o que espelha os livros e documentos fiscais da empresa.

Ressurgem dos autos, elementos e provas suficientes para demonstrar de modo inequívoco o cometimento do ilícito apontado.

Por derradeiro relembro a recorrente, que a responsabilidade por infração a legislação tributária é de natureza objetiva, independente, portanto da vontade do agente ou responsável, sendo irrelevante para o caso, a efetividade, a natureza jurídica e extensão dos efeitos do ato, devendo-se levar em conta se, efetivamente ocorreu no mundo fenomênico o fato gerador da obrigação tributária, conforme soa do artigo 136 do CTN, reproduzido no artigo 877 do Decreto 24.569/97, "In Verbis":

*Art.877."Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infrações a legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato".*

O Totalizador elaborado pela Perícia que repousa às fls. 271 dos autos, a meu sentir não deixa dúvida que o contribuinte vendeu mercadorias sujeitas à tributação normal sem a devida

documentação fiscal, porém no montante menor que o apurado pela fiscalização, contrariando deste modo o que determina os artigos 169, I e 174, I do Decreto nº 24.569/97, abaixo transcritos:

*"Art. 169. Os estabelecimentos, excetuados os de produtores agropecuários, emitirão nota fiscal, modelo 1 ou 1-A, anexos VII e VIII:*

*I- Sempre que promoverem a saída ou entrada de mercadorias ou bem;*

*II- .....omissis"*

*"Art. 174. A nota fiscal será emitida :*

*I- Antes da saída da mercadoria ou bem;*

*II a V- .....omissis".*

Com base nas considerações acima expendidas entendo presente nos autos à configuração da materialidade do ilícito tributário, tendo o autuado infringido os artigos acima descritos, sujeitando-se, portanto à penalidade inserta no artigo 123, inciso III, "b" da lei nº 12.670/96, modificada pela lei nº 13.418/03, motivo pelo qual, VOTO, para que se Conheça do Recurso Oficial, negando-lhe provimento no sentido de manter a decisão parcialmente condenatória proferida na Instância monocrática, em conformidade com o Parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da douta PGE.

#### **DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO:**

**ICMS:** R\$ 4.009,47 e **MULTA :** R\$ 7.075,54.

Eis como entendo atualmente a questão, eis como VOTO.

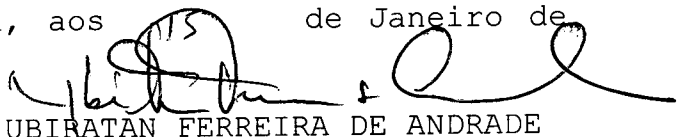
**DECISÃO**

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido: JANE EYRE ROCHA DE OLIVEIRA SILVA.

A 2ª Câmara de Julgamento de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **parcialmente condenatória** proferida em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 15 de Janeiro de 2009.

  
JOSÉ WILAME FALÇÃO DE SOUZA  
PRESIDENTE


  
UBIRATAN FERREIRA DE ANDRADE  
PROCURADOR DO ESTADO


• *Francisca Marta de Sousa*  
**CONSELHEIRA**

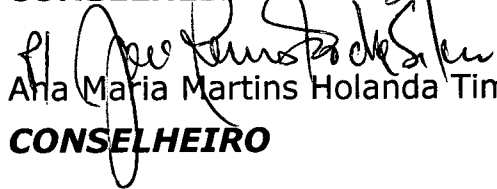
  
Marcos Antonio Brasil  
**CONSELHEIRO**

*Sandra Maria Tavares Menezes de Castro*  
**CONSELHEIRA**

  
José Moreira Segrinho  
**CONSELHEIRO**

  
Silvana Carvalho Lima Petelinkar  
**CONSELHEIRA**

  
Sebastião Almeida Araújo  
**CONSELHEIRO**

  
Ana Maria Martins Holanda Timbó  
**CONSELHEIRO**

*Jeritza Gurgel Holanda Rosário Dias*  
Jeritza Gurgel Holanda Rosário Dias  
**CONSELHEIRA**